

APRESENTAÇÃO

Andar por Lisboa, viver na cidade, é lidar com margens. Margens no sentido de umbrais, de pontos de passagem, de fronteiras; margens no sentido de periferias, de zonas de dúvida, de incertezas; margens no sentido de riscos, inseguranças; margens no sentido de desvios, diferenças inconfessáveis ou só parcialmente compreendidas; margens no sentido de ambiguidades definicionais. Quem abrir bem os olhos cedo se aperceberá dessa «difusão das margens» — a vida urbana, toda ela, é feita de marginalidades e das respectivas centralidades.

Sim, porque em Lisboa, como em todas as outras cidades, não há um centro, há uma pluralidade de fenómenos de centralidade. Há centros dentro de centros; há centros subalternos; há centros móveis e transmutantes; há centros temporários e circunstanciais.

Quando falamos de centro e margens, recorremos a uma metáfora espacial para referir algo que ultrapassa em muito a espacialidade — ou até a sua correlata temporalidade. Em última instância, quando falamos de centros e margens, estamos a falar do *poder* que está inscrito nas vivências sócio-culturais: da forma como a sociedade se organiza em termos de negociações constantes, sobrepostas e compósitas de poder.

De uma forma ou outra, quem se move na cidade, quem faz aqui a sua vida, tem de aceitar, pelo menos parcialmente, os termos de negociação das categorias sob as quais a vida se organiza. Ora esses termos têm inscritos em si mesmos direitos, limitações de direitos, obrigações, abdições, fronteiras.

Quem determina o quê em benefício de quem? Essa é a pergunta que nos fazemos. E aqui fique desde logo bem explícito que não estamos a falar só de pessoas, como unidades monolíticas e elementares da vida social. Porque esses poderes, esses direitos e obrigações, revertem tanto em entidades de

natureza unipessoal como pluripessoal. Aliás, cada pessoa é, ela mesma, um composto de identificações cruzadas e em constante reconstituição. Assim, os domínios ou autoridades que constituem o poder que estrutura a vida humana em sociedade são investidos em todo o género de entidades sócio-culturais. E, por sua vez, essas entidades encontram as suas definições no próprio processo da vida humana em sociedade. Os fenómenos de poder que aqui procuramos descrever correspondem ao poder hegemónico, isto é, um poder em que há uma negociação dos termos da dominação.

Em suma, a vida sócio-cultural é um campo de negociação de significados, tendencialmente estruturado pelo exercício do poder simbólico. A criação cultural e a estruturação social são, portanto, processos permanentes de afirmação de umas definições ou práticas e de silenciamento de outras. Assim, a relativa marginalidade ou centralidade de um item sócio-cultural particular é produto do exercício do poder hegemónico. Nesta perspectiva, a marginalidade é vista como a condição básica das relações sociais e culturais, enquanto a centralidade é algo de construído e delimitado, constantemente em risco de ser destronado.

Esta colecção de ensaios resulta de um longo processo. No âmbito do mestrado em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa foi pedido a João de Pina Cabral que desse um curso sobre marginalidade/liminaridade. Esse curso foi retomado para o programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, onde a sorte quis que os alunos presentes fossem, pelo menos, tão entusiasmantes como os do ICS. Através de toda uma série posterior de outros conluios intelectuais, o ensaio «A difusão das margens» foi tomando a sua forma. Tendo sido editado tanto no Brasil como na África do Sul¹, ele é aqui inserido, pois pareceu-nos que, apesar de não lidar com temáticas lisboetas, poderia ser uma contribuição útil para o debate.

Em Fevereiro de 1999, já em colaboração com Inês Meneses, foram organizadas no ICS umas jornadas de debate em que se pedia a um leque de jovens investigadores que abordassem as suas distintas temáticas, reflectindo sobre a seguinte pergunta: poderá a cidade ser vista enquanto um campo de

¹ Cf. João de Pina Cabral (1996), «A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições na antropologia contemporânea», in *Mana*, 2 (1), Rio de Janeiro, e versão reduzida, João de Pina Cabral (1997), «The threshold diffused: margins, hegemonies and contradictions in contemporary anthropology», in *Culture and the Commonplace: Anthropological Essays in Honour of David Hammond-Tooke*, Patrick McAllister (ed.), Witwatersrand University Press, Joanesburgo, 1997.

marginalidades relativas e sobrepostas? Em torno da organização deste debate nasceu o presente conjunto de textos².

Assim, se recorremos a Lisboa, é só porque ela nos rodeia e nos desafia intelectualmente. A presente recolha de ensaios, portanto, não é uma contribuição para uma sociologia ou uma antropologia urbanas, mas sim para as várias subdisciplinas sócio-científicas em que a perspectiva da marginalidade se torna relevante.

Nem todos aqueles que abordámos responderam com um texto; mesmo alguns dos que fizeram apresentações nas jornadas viram-se impossibilitados de responderem ao desafio. Humberto Martins, ocupado em Manchester com o seu doutoramento, não pôde terminar o ensaio sobre a linguagem dos jovens cabo-verdianos das zonas periféricas de Lisboa³. Entre o ensino e a redacção final da tese, Antónia Pedroso de Lima não encontrou tempo para redigir o ensaio sobre as formas de lidar com a perifericidade desses que se encontram nas margens superiores da sociedade portuguesa⁴; pelos mesmos motivos, Maria João Crugeira, que participou no debate, não pôde dar forma escrita ao seu material sobre os consumidores de droga do Casal Ventoso (essa margem que, sendo comportamental, é de igual modo marcada no território urbano); Maria José Lobo Antunes e Joana Afonso, por razões de ordem pessoal, não puderam contribuir com o ensaio sobre as famílias de circo e a sua relação com a hegemonia sedentarista⁵; Teresa Líbano Monteiro não teve oportunidade de dar forma final ao seu estudo, apresentado no debate, sobre as mulheres convertidas de igrejas cristãs não católicas⁶. Não foi por isso, porém, que estes nossos dialogantes deixaram de constituir pilares da nossa casa teórica.

Outros, felizmente, puderam responder ao desafio, produzindo os textos que em seguida apresentamos. O artigo de Pedro Costa discute a produção e consumo culturais no território urbano, analisando os chamados «bairros

² Fundamental para a riqueza do debate e para o apuramento dos argumentos na versão final dos vários artigos foi a participação de um conjunto de comentadores. Agradecemos, portanto, a Maria de Lourdes Lima dos Santos, Cristiana Bastos, Ana Nunes de Almeida, Jorge Vala e Miguel Vale de Almeida pela sua colaboração e comentários críticos.

³ Cf. Humberto Martins (1997), «Ami Cunha Cumpadri Pitécú: Uma Etnografia da Linguagem e da Cultura Juvenil Luso-Africana em Dois Contextos Suburbanos de Lisboa», Lisboa, ICS, dissertação de mestrado não publicada.

⁴ Cf. Antónia Pedroso de Lima (2000), «'How did I become a leader in my family firm?' Assets for succession in contemporary Lisbon financial elites», in João de Pina Cabral e Antónia Pedroso de Lima (orgs.), *Elites: Choice, Leadership and Succession*, Berg, Oxford (no prelo).

⁵ Cf. Maria José Lobo Antunes (1997), «Só Faz Falta Quem cá Está: Recomposição Social Numa Companhia de Circo», Lisboa, ICS, dissertação de mestrado não publicada, e Joana Afonso, 1998, «Os Circos não Existem», Lisboa, ICS, dissertação de mestrado não publicada.

⁶ Cf. Teresa Líbano Monteiro, 1998, «Famílias de Testemunhas de Jeová e da Igreja Universal do Reino de Deus», Lisboa, ICS, dissertação de mestrado não publicada.

culturais» — neste caso, a área Bairro Alto-Chiado — como espaços liminares de diferenciação e inovação. Luís Quintais aborda a questão da liminaridade a partir dos seus materiais sobre os combatentes da guerra colonial portuguesa em tratamento psiquiátrico, discutindo o modo como o discurso psiquiátrico se institui numa instância de negociação de legitimidade para a narrativa de experiências que seriam, de outra forma, marcas de uma marginalidade radical. Artur Valentim constrói a ideia da «droga» como um campo de actuação do poder simbólico nas sociedades contemporâneas, trazendo à análise os mecanismos de constituição de um quadro de significação hegemónico neste campo a partir dos discursos de médicos e párocos. O texto de Miguel Chaves leva-nos ao bairro do Casal Ventoso, discutindo os mecanismos através dos quais os seus habitantes incorporam na experiência e nas representações a presença do narcotráfico, sem deixar de recorrer a valores hegemónicos na negociação das suas posições simbólicas, pessoais e colectivas, dentro da cidade. Por fim, o artigo de Inês Meneses aborda os dispositivos de gestão da identidade que, no processo permanente de produção da hegemonia, permitem o trânsito de pessoas e de grupos entre as categorias de marginalidade e centralidade, situando a análise no meio *gay* de Lisboa e na sua inserção nos territórios e discursos públicos da cidade.

JOÃO DE PINA CABRAL
INÊS MENESES